



INCLUIR E EDUCAR: UMA NECESSIDADE INDISSOCIÁVEL

Micheline Gabriella Nunes Nóbrega¹

RESUMO

O desafio de incluir alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nas escolas regulares é fundamental para garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário ao aprendizado e à participação. Portanto, é imprescindível fomentar um ambiente escolar que seja inclusivo e acolhedor, promovendo a conscientização sobre a diversidade, combatendo o preconceito e criando oportunidades para a interação entre todos os alunos. Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo investigar como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares. Para tal, adotou uma abordagem bibliográfica, analisando qualitativamente as teorias de estudiosos e documentos legais relacionados à exclusão das propostas inclusivas. Os resultados indicaram que os conhecimentos dos professores precisam ser aprofundados no que se refere às práticas metodológicas inclusivas e às políticas públicas que asseguram o acesso e a permanência dos alunos com NEE nas salas de aula regulares. Isso se deve ao fato de que, apesar da sensibilidade dos professores em relação à inclusão, existem notáveis discrepâncias entre os discursos e as práticas da proposta inclusiva.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Necessidades Educativas Especiais (NEE).

ABSTRACT

The challenge of including students with Special Educational Needs (SEN) in mainstream schools is critical to ensuring that all students have equal access to learning and participation. Therefore, it is essential to foster a school environment that is inclusive and welcoming, promoting awareness of diversity, combating prejudice, and creating opportunities for interaction among all students. In this context, the present study aimed to investigate how the process of inclusion of students with special educational needs in regular schools takes place. To this end, it adopted a bibliographic approach, qualitatively analyzing the theories of scholars and legal documents related to the exclusion of inclusive proposals. The results indicated that teachers' knowledge needs to be deepened with regard to inclusive methodological practices and public policies that ensure the access and permanence of students with SEN in regular classrooms. This is due to the fact that, despite the sensitivity of teachers in relation to inclusion, there are notable discrepancies between the discourses and practices of the inclusive proposal.

Keywords: Education; Inclusion; Special Educational Needs (SEN).

¹ Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Interamericana - Assunção. Especialização em Ciências da Educação pela Faculdade de Teologia Integrada (2013), Especialização em Psicopedagogia Clínico-Institucional pela Faculdade São Luís de França (2009), Graduação em Pedagogia com Habilitação nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, pela Universidade Estadual da Bahia -UNEB / CAMPUS VIII (2009), Formação em Psicanálise Clínica pelo Instituto Summus (2007).



INTRODUÇÃO

As práticas de inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no Brasil têm avançado significativamente ao longo dos anos, com o objetivo de criar um ambiente de aprendizado mais justo e acolhedor. Recentemente, os governos têm implementado políticas e diretrizes essenciais que promovem essa inclusão, por meio de leis que asseguram a acessibilidade e o direito à educação para todos os alunos, sem exceções. É fundamental apoiar e fortalecer essas iniciativas, pois a educação é um direito de todos e deve ser garantida em condições iguais.

Embora essas práticas representem avanços importantes em direção à inclusão, ainda enfrentamos desafios significativos a serem superados, como a formação continuada de professores, a disponibilização de recursos adequados e a construção de uma mentalidade verdadeiramente inclusiva em toda a comunidade escolar. Conforme observa Mendes (2017), muitos educadores carecem de uma preparação adequada em educação inclusiva e, por isso, não se sentem capacitados para atender às diversas necessidades dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) dentro de suas salas de aula.

Além disso, segundo Thesing e Costas (2018), a falta de recursos financeiros, materiais, tecnológicos e humanos para proporcionar o suporte necessário aos alunos com NEE pode se configurar como um obstáculo relevante para a inclusão. O autor ressalta que uma acessibilidade física inadequada nas escolas pode dificultar o acesso de alunos com mobilidade reduzida, e a escassez de espaços apropriados para terapias e atividades específicas também representa um desafio adicional.

É importante destacar que alunos com NEE frequentemente requerem o apoio de profissionais especializados, como professores de educação especial, psicólogos e terapeutas, mas nem todas as instituições contam com esses recursos. Muitas vezes, essa lacuna no suporte é acompanhada por atitudes preconceituosas ou por um desconhecimento sobre deficiências, o que pode criar um ambiente hostil ou desfavorável para alunos que apresentam algum tipo de deficiência ou transtorno.

É fundamental ressaltar que a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) é essencial por diversas razões que englobam aspectos



educacionais, sociais e humanitários. Segundo Marques, Caron e Cruz (2020), a inclusão enriquece o ambiente educacional ao trazer uma diversidade de perspectivas, experiências e talentos para a sala de aula. Isso não apenas beneficia os alunos com NEE, mas também promove a compreensão e o respeito pela diversidade entre todos os estudantes.

De acordo com Costa (2017), a escola é um microcosmo da sociedade, e a inclusão prepara os alunos para um mundo plural, onde eles irão, eventualmente, interagir e colaborar com pessoas de diferentes origens e habilidades. Além disso, as práticas inclusivas costumam propiciar métodos de ensino mais variados e adaptáveis, que podem beneficiar todos os estudantes, independentemente de suas competências. A diversidade nos métodos de ensino é crucial para atender às diversas necessidades de aprendizagem.

Nesse sentido, Barbosa (2018) enfatiza que a inclusão de alunos com NEE é indispensável para promover uma sociedade mais inclusiva, respeitosa e igualitária. O pesquisador argumenta ainda que a inclusão enriquece o ambiente escolar, beneficia todos os estudantes e contribui para o desenvolvimento integral de cada um, ao proporcionar um espaço de apoio e respeito mútuo, o que favorece o bem-estar emocional e mental de todos os alunos.

Concomitantemente a esse contexto desafiador, observa-se uma colaboração muitas vezes insatisfatória entre professores regulares, professores de educação especial e outros profissionais de apoio, sendo essa cooperação vital para o êxito da inclusão nas escolas. Quando essa colaboração não funciona de forma efetiva, os alunos podem acabar sem o suporte necessário. Rodrigues (2001) menciona que o conceito de educação inclusiva pode ser definido como “[...] o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com necessidades educativas especiais na escola regular” (p. 96).

Dessa forma, este estudo visa investigar como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares.

RECONHECENDO AS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Reconhecer as necessidades educativas especiais é essencial para a construção de ambientes escolares inclusivos, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, adaptada às suas



particularidades. Essas necessidades incluem uma variedade de situações em que os estudantes podem precisar de suporte extra para aprender e participar plenamente.

Historicamente, nas sociedades antigas, as pessoas com deficiência eram marginalizadas, muitas vezes abandonadas ou até exterminadas. Conforme relata Martins (1999), na história do povo Hebreu, as deficiências e doenças crônicas eram vistas como castigos pelos pecados do homem, resultando na exclusão dessas pessoas, que eram forçadas a viver à parte da sociedade, juntamente com leprosos e outros considerados incuráveis.

Na Grécia e em Roma, a situação era ainda mais severa; essa sociedade acreditava que a eliminação dos considerados "diferentes" era uma forma de prevenir males futuros. Durante a Idade Média, pessoas com deficiência ou doenças incuráveis eram associadas a forças demoníacas e práticas de bruxaria. Segundo Correia (1997), essas pessoas enfrentavam perseguições, julgamentos e até execuções, refletindo a profunda exclusão social da época.

No período medieval, começaram a emergir as primeiras ações de caridade voltadas para pessoas com deficiência, promovidas por nobres e ordens religiosas. Esses indivíduos eram frequentemente afastados das suas famílias e vizinhos, como uma medida de segurança, resultando na criação de hospícios e albergues nas periferias das cidades, onde ficavam privados de liberdade e incomunicáveis, junto a doentes mentais, idosos, pobres e condenados pela justiça (JIMENEZ, 1997).

Conforme destaca Martins (1999), médicos e alquimistas, como Paracelsus (1501 – 1576) e Cordano (1501 – 1576), trouxeram um novo olhar sobre a condição dessas pessoas e as causas associadas às suas doenças. Dessa forma, começou a se desenvolver uma perspectiva mais científica sobre o tema. Com as novas concepções pós-renascentistas e as transformações sociais da Europa, emergiu a distinção entre deficiência mental e doença mental, influenciada pela sensibilidade de Esquirol, em 1808. Esse interesse também despertou em outros médicos, como Itard (1774 – 1838), Séguin (1812 – 1880) e Maria Montessori (1870 – 1956), bem como em educadores importantes como Pestalozzi (1746 – 1827), Froebel (1782 -1852) e Decroly (1871-1922).

Assim, as primeiras instituições destinadas a surdos foram estabelecidas no século XVI, por Ponce de Léon, seguidas pelas instituições para cegos,



criadas por Hauy, que fundou o Instituto em Paris em 1784. Posteriormente, Braille desenvolveu, em 1829, o método de leitura e escrita para pessoas cegas, que ainda é amplamente utilizado hoje em dia. As instituições destinadas a pessoas com deficiência mental, por sua vez, só foram criadas mais tarde.

No contexto dessa época, iniciou-se a fase da institucionalização, marcada pela publicação das primeiras obras sobre deficiência, como “Redução das Letras e Arte de Ensinar os Mudos a Falar”, de Bonet, “Doutrina para os Surdos – Mudos”, de Ponce de Léon e “Higiene e Educação dos Idiotas”.

Considerando esses aspectos, o reconhecimento das necessidades educativas especiais na educação brasileira tornou-se um processo crucial para promover a inclusão e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. No Brasil, diversas medidas, tanto legais quanto pedagógicas e sociais, foram implementadas para atender a essas necessidades e fomentar ambientes escolares mais inclusivos.

A formação de professores é uma preocupação constante nesse reconhecimento. Para capacitar os educadores a lidarem com as diferentes demandas dos alunos, programas de formação continuada têm sido estabelecidos. Além disso, o atendimento educacional especializado (AEE) é disponibilizado como uma forma de apoio a alunos com necessidades educativas especiais. Esse atendimento visa adaptar o currículo, desenvolver estratégias e recursos pedagógicos específicos, além de garantir suporte para a inclusão plena desses alunos na escola regular. As escolas têm se empenhado para atender às necessidades de acessibilidade, proporcionando recursos como materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas e ambientes acessíveis.

Dessa forma, reconhecer essas necessidades é o primeiro passo para criar ambientes educacionais inclusivos. Isso requer uma abordagem individualizada, que leve em conta as características únicas de cada aluno e ofereça o suporte necessário para que todos possam participar ativamente das atividades escolares e alcançar seu máximo potencial. A inclusão vai além de garantir o acesso; trata-se de oferecer as condições necessárias para que cada aluno possa prosperar em um ambiente que celebra a diversidade e valoriza as contribuições de todos.



RECONHECIMENTO DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO E AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA

Cada ser humano é singular, possuindo habilidades, talentos e desafios próprios. Reconhecer a necessidade de inclusão é entender que essa diversidade é um patrimônio que deve ser valorizado em todos os âmbitos da vida, especialmente na educação, uma vez que a inclusão constitui um direito humano fundamental. Todos os estudantes têm o direito a uma educação de qualidade, adaptada às suas necessidades individuais, sem discriminação. Deste modo, a inclusão desafia estereótipos e preconceitos, promovendo uma cultura de respeito e aceitação de todos, independentemente de suas características.

A atenção e o reconhecimento da educação para pessoas com deficiência, como já mencionado, tiveram suas raízes na área médica, onde profissionais terapêuticos observavam alunos e elaboravam diagnósticos. Ao identificar a deficiência, o estudante era encaminhado a programas direcionados às suas necessidades.

Nesse contexto, a Pedagogia foi comparada a outras ciências no que diz respeito a seus métodos experimentais associados à medicina. Assim, Maria Montessori e Ovide Decroly se tornaram pioneiros na medicina pedagógica, ela como médica e ele como educador; posteriormente, essa abordagem foi combinada com a psicologia e a sociologia. Surgiram, então, instituições escolares de modelos homogêneos, onde todos coexistiam, levando à criação de escolas específicas para surdos e cegos, e posteriormente para pessoas com deficiência intelectual (SILVA, 2009).

Conforme a autora, a inclusão dessas pessoas nas instituições de ensino visava à normalização, ou seja, permitir uma vida normal. Este conceito foi introduzido por Bank-Mikkelson, na Dinamarca, no final da década de 50 do século XX, foi ampliado por Nirje em 1969, e difundido por Wolfensberger; a partir do Canadá, em 1972, para outros países da Europa e América do Norte, com o objetivo de superar os déficits apresentados por diferentes tipos de deficiência.

A pedagogia inclusiva destaca a importância da flexibilidade no planejamento curricular e nas atividades, permitindo que os educadores atendam às necessidades individuais dos alunos de forma mais eficaz. Isso engloba a consideração da acessibilidade, tanto física quanto cognitiva, nos ambientes de



aprendizagem. A inclusão não se restringe apenas a rampas e espaços adaptados, mas também envolve a utilização de materiais didáticos acessíveis.

Além disso, a pedagogia inclusiva fomenta a aprendizagem colaborativa, onde alunos com diferentes habilidades trabalham em conjunto. Esse modelo não só beneficia estudantes com deficiência, mas também enriquece a experiência de aprendizado de todos, ao valorizar o apoio individualizado. Nesse contexto, podem ser desenvolvidos planos educacionais personalizados, oferecido tempo adicional para a realização de tarefas ou utilizado tecnologias assistivas.

No que tange ao desenvolvimento de habilidades sociais, a abordagem inclusiva reconhece a importância das competências emocionais e sociais, equiparando-as às habilidades acadêmicas. Essa perspectiva é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e empáticos. Para que essa inclusão aconteça de forma efetiva, é imprescindível contar com professores bem preparados, capazes de identificar as diversas necessidades dos alunos e aplicar estratégias adequadas. Dessa forma, busca-se engajar todos os estudantes nas atividades escolares, valorizando suas contribuições e experiências individuais. O foco se volta para as habilidades e potenciais de cada aluno, em vez de suas limitações, promovendo um ambiente que favorece a autoestima e o senso de pertencimento.

A interação entre a conscientização sobre a necessidade de inclusão e as práticas da pedagogia inclusiva pode criar um ambiente educacional que celebra a diversidade, promove a igualdade de oportunidades e prepara os alunos para serem cidadãos atuantes em uma sociedade inclusiva.

Com a inclusão que prioriza o aluno e, posteriormente, a escola, surgiu o conceito de Necessidades Educativas Especiais. Inicialmente, essa abordagem era centrada no aluno que, após um diagnóstico médico ou psicológico, passava por um processo de reabilitação com aulas de apoio pedagógico. Cada aluno ficava direcionado a uma sala de aula conforme suas deficiências, com o suporte de professores de Educação Especial, psicólogos e terapeutas. No entanto, essa prática, apesar de intencionalmente inclusiva, acabou por se revelar uma forma de exclusão, pois a escola não promovia mudanças no currículo nem em suas estratégias de ensino (SILVA, 2009).

Conforme a autora, em um segundo momento, essa intervenção passou a ser centrada na escola. Esse modelo emergiu na década de 1980, coincidente



com o evento intitulado Ano Internacional do Deficiente, que destacou o direito à igualdade de oportunidades, inclusão e plena participação dessas pessoas na sociedade. Embora, segundo o princípio da “normalização”, a escola devesse atender às necessidades respeitando a individualidade de cada aluno, promovendo assim a individualização, ainda havia um longo caminho a percorrer para garantir verdadeiramente a inclusão.

Durante os anos oitenta, pesquisas realizadas demonstraram que o comportamento dos alunos se alterava conforme as expectativas das pessoas que os acompanhavam e a interação com seus colegas, cujo comportamento também era afetado (BAIRRÃO, 2004).

Ademais, a pedagogia inclusiva reconhece a diversidade nas formas de aprendizado dos alunos. O objetivo é adaptar os métodos de ensino para atender às necessidades de todos, utilizando estratégias diferenciadas.

Com uma abordagem que vai além das incapacidades, essas questões começam a ser analisadas sob a perspectiva dos modelos transacionais de desenvolvimento. Esses modelos revelam que o desenvolvimento humano se compreende e evolui de forma contextualizada, sustentando a base do modelo inclusivo de educação. Assim, as crianças aprendem de maneira significativa, especialmente quando são propiciadas experiências ricas de aprendizagem, com a presença de adultos engajadores e colegas que incentivam e organizam (BAIRRÃO, 2004, p. 14).

Apesar dos avanços, a educação inclusiva no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. A carência de infraestrutura adequada, a formação inadequada de professores, a resistência a mudanças e a falta de recursos precisam de atenção constante para que possamos evoluir nesse campo.

Reconhecer as necessidades educacionais especiais é um passo crucial, mas a implementação de práticas inclusivas eficazes demanda um esforço conjunto de todos os participantes do sistema educacional — professores, gestores, famílias, especialistas e a sociedade em geral. A valorização e o respeito pela diversidade humana são fundamentais para edificarmos uma educação mais justa, igualitária e inclusiva.

Portanto, é imprescindível ressaltar a importância da inclusão na educação e entender o papel da pedagogia nesse processo. Para desenvolver um sistema educacional verdadeiramente igualitário e acessível a todos os alunos, a



inclusão deve transcender o simples acesso físico. Precisamos criar ambientes que fomentem a aprendizagem, o respeito mútuo e o desenvolvimento integral de todos os alunos, independentemente de suas particularidades.

DA INSERÇÃO NA ESCOLA ATÉ A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A realidade de ser uma pessoa com deficiência ou enfrentar uma situação de deficiência em qualquer contexto social tem sido, e sempre será, desafiadora. Pior ainda é a imposição de barreiras que limitam o exercício pleno dos direitos de cidadania. Muitas vezes, essas pessoas são submetidas a condições que as desvalorizam, baseando-se em padrões de normalidade criados dentro de um contexto sociocultural.

Para Camargo (2017), a trajetória rumo à inclusão na educação, até alcançar o conceito de educação inclusiva, é repleta de complexidade e transformações graduais, influenciadas por mudanças sociais, políticas e educacionais ao longo do tempo. Carvalho (2006) ressalta que:

[...] a trajetória histórica do sujeito com deficiência revela que uma das maneiras de lidar com sua diferença, como um elemento de exclusão social, tem sido a busca por uma "normalidade", ao invés da afirmação de seus direitos de ser aceito socialmente como diferente, sem o peso do preconceito e da discriminação (CARVALHO, 2006, p. 47).

Em nome dessa suposta normalidade, que exige que o indivíduo seja reabilitado a partir de comportamentos considerados adequados, traçou-se um caminho que se torna intransponível para a maioria das pessoas em situação de deficiência. Ao longo da história, indivíduos com deficiência foram frequentemente afastados do ensino formal, com escolas especiais segregadas sendo a norma, isolando esses alunos do sistema educacional convencional (NETO et al., 2018).

Nos primórdios do século XX, surgiram iniciativas para oferecer educação a pessoas com deficiência em instituições especializadas. Embora essas escolas estivessem separadas, representaram um passo inicial para reconhecer as necessidades educacionais particulares. Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento pela integração começou a contestar essa separação, levando algumas



escolas a acolherem alunos com deficiência, mas muitas vezes sem garantir o suporte necessário para uma verdadeira inclusão (NETO et al., 2018).

Entre 1980 e 1990, o enfoque passou da integração para a inclusão. Nesse período, surgiu o conceito de educação inclusiva, que defende que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, devem ter a oportunidade de aprender juntos na mesma escola e sala de aula. Muitos países começaram a implementar leis e políticas que promoviam a inclusão, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada em 2008. Essas legislações ressaltam o direito à educação inclusiva (RODRIGUES, 2016).

A educação inclusiva demandou a criação de estratégias e recursos adaptados, como planos de aula diferenciados, tecnologias assistivas e capacitação de professores para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos. Ademais, a promoção da educação inclusiva também exigiu uma mudança cultural na sociedade, no sentido de aceitar e valorizar a diversidade. Isso engloba a conscientização sobre as necessidades das pessoas com deficiência e a desconstrução de preconceitos (RODRIGUES, 2016).

Nesse contexto, a implementação da educação inclusiva enfrentou desafios, como a escassez de recursos, a resistência a mudanças, a necessidade de formação docente especializada e a adaptação da infraestrutura. Essa abordagem reconhece que cada aluno é único, com necessidades específicas. Portanto, seu enfoque é individualizado, buscando proporcionar suporte de acordo com as características de cada estudante. Enfatiza-se a importância do aprendizado e dos resultados para todos, promovendo a aprendizagem colaborativa e a conquista de sucesso acadêmico e social.

Além disso, segundo Camargo (2017), a concepção de educação inclusiva continua a evoluir à medida que novas pesquisas, experiências e metodologias são desenvolvidas. A busca por uma educação verdadeiramente inclusiva é um processo contínuo. Atualmente, a educação inclusiva é reconhecida como um direito fundamental de todos os alunos e como uma abordagem que valoriza a diversidade, promove a igualdade de oportunidades e prepara os alunos para uma sociedade inclusiva. A trajetória em direção à educação inclusiva tem sido marcada por avanços significativos, mas também representa um desafio constante para assegurar que todos os alunos possam desfrutar de uma educação que respeite e atenda às suas necessidades individuais.



Diante dos avanços nas ciências, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) assumiu a responsabilidade pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, Acesso e Qualidade, culminando na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994). Este documento representou um ponto de referência ao romper com os paradigmas anteriores sobre equidade educacional, sendo crucial para a implementação de políticas sociais que promoveram mudanças de atitude e práticas relacionadas à inclusão. No entanto, o princípio da inclusão começou a se manifestar como uma superação do modelo tradicional, focando no ensino e nas escolas, em vez de nas deficiências individuais, além de considerar as diferentes formas de aprendizagem e suas condições. Nesse contexto, as instituições de ensino enfrentam o desafio de se adaptar à diversidade de seus alunos (SILVA, 2009).

Quanto à educação, com base nesses avanços, as escolas devem ajustar-se às necessidades dos educandos conforme as dificuldades que apresentam. Isso implica na elaboração de projetos específicos que abordem essas questões, bem como na flexibilização e adaptação dos currículos e dos Projetos Políticos Pedagógicos de cada Unidade Escolar, visando implementar medidas que atendam efetivamente às demandas dos alunos.

Além disso, a inclusão desafia o paradigma que até então legitimava a educação inclusiva, pois não se trata apenas de normalizar ou individualizar, mas sim de atender às necessidades educativas de cada estudante, permitindo o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades. Essa abordagem requer mudanças nas práticas pedagógicas dos professores e de outros envolvidos no processo educativo, assim como na gestão e organização das escolas. Portanto, toda a comunidade escolar precisa estar engajada nesse processo, buscando parcerias com as famílias e outros setores, como saúde e desenvolvimento social, para fortalecer a inclusão de forma plena (SILVA, 2009).

Conforme a Constituição Federal Brasileira, todos têm direito à educação (ART.206, I, C.F) e (ART.208, I, CF). É importante ressaltar que esse direito diz respeito a um tipo de educação que respeite os princípios da igualdade. Assim, fica claro que as crianças com deficiência, independentemente da natureza da deficiência, têm garantido pela Constituição o direito de acessar uma educação que realmente assegure sua inclusão e o acesso ao conhecimento.



A inclusão é, portanto, uma questão de direitos fundamentais: direito à educação, à saúde, ao trabalho e ao lazer. A pessoa com deficiência tem o direito de usufruir de sua plena cidadania em todos os seus aspectos legais, conforme garantido pela Constituição Brasileira. Contudo, a inclusão educacional deve transcender a mera ocupação de espaço físico; não se limita a simplesmente permitir que o aluno esteja presente na sala de aula e em outros ambientes da instituição. O direito à educação deve ser entendido como o direito à educação inclusiva.

As escolas precisam reconhecer que são ambientes destinados a proporcionar aprendizagens significativas adaptadas às necessidades específicas de cada aluno. É fundamental lembrar que a Constituição Federal assegura a todos o direito à Educação. Os alunos com necessidades especiais devem estar inseridos no ambiente educacional para que possam adquirir conhecimento e interagir socialmente. Ao final, todos se beneficiarão: haverá um aumento na compreensão, na evolução através de atividades diferenciadas que envolvem os mesmos conteúdos e na expressão de habilidades e competências. Dessa forma, a educação inclusiva gera benefícios para toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do percurso junto aos professores, ficou evidente que o conhecimento científico é um processo contínuo, que não se esgota ao final de uma pesquisa. Este estudo teve como objetivo compreender como se dá o processo de inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais nas escolas. Constata-se que o processo de inclusão não tem acontecido de forma adequada, conforme exigido pela Constituição Federal do Brasil de 1988.

Além disso, a formação continuada dos docentes, que é imprescindível para esse processo, não tem sido realizada como deveria. Essas formações têm sido restritas apenas aos professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais, os quais já estão na função há aproximadamente quinze anos.

É imprescindível a implementação de políticas públicas que foquem na formação continuada dos professores que atuam nas salas regulares de ensino com alunos com deficiência. Isso deve incluir a capacitação dos profissionais e



a conscientização de cada educador, visto que são eles que lidam diretamente com esses alunos.

Além disso, uma estratégia eficaz para aprimorar o ensino inclusivo seria promover momentos de troca de experiências entre os professores. Essa iniciativa poderia incluir um rodízio de docentes atuantes nas Salas de Recursos Multifuncionais, garantindo que, ao final desse processo, todos os professores da Rede estivessem preparados para interagir de forma adequada com os diversos tipos de deficiência que seus alunos possam apresentar. Essa abordagem não só estimularia a produção de pesquisas na área, realizadas por educadores da Educação Básica, mas também facilitaria a disponibilização de plataformas e cursos que ofereçam ao professor as ferramentas necessárias para alcançar esse objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIRRÃO, J. prefácio. In Pereira, F. **Políticas e práticas Educativas**. O caso da Educação Especial e do Apoio Sócio Educativo nos anos de 2002 a 2004. Lisboa: Fundação Liga Portuguesa Dos Deficientes Motores, 2004.

BARBOSA, Marily Oliveira. O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 299-310, 2018.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 23, p. 1-6, 2017.

CARVALHO, Atof. **Educação inclusiva e seus impactos nas práticas pedagógicas na rede municipal de Jacobina/BA**: estudo colaborativo na escola professor Carlos Gomes da Silva. 2016. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade)-Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas–DCH–IV, Jacobina, 2016.

CORREIA, L. M. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto: Porto Editora, 1999.



COSTA, Fihama Brenda Lucea da. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular: análise sobre as práticas pedagógicas.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2017.

JIMENEZ, R.B. **Uma Escola para Todos: A Inclusão Escolar.** In Bautista (Org). Necessidades Educativas Especiais (pp. 21-35). Lisboa: Dinalivro, 1997.

MARQUES, Circe Mara; CARON, Lurdes; CRUZ, Adriane Alves da. **Inclusão da criança com deficiência no ensino regular: olhar das famílias sobre a inclusão na escola.** Práxis Educativa, v. 15, 2020.

MARTINS, L. A. A Diferença/ Deficiência sob uma optica histórica. **Educação em Questão**, 8/9, 126-141, 1999.

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

RODRIGUES, Irene Elias. **Educação inclusiva.** Paco Editorial, 2016.

SILVA, M. O. E. **Necessidades Educativas Especiais: da identificação à intervenção.** Martins, I., & Silva, L. G. (Orgs). Múltiplos Olhares Sobre a Inclusão, 23-31, João Pessoa: UFPB, 2009.

THESING, Mariana Luzia Corrêa; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Inclusão na escola regular: o que nos dizem os professores de Educação Especial?. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 42, p. 8-25, 2018.